

PUBLICIDADE LEGAL

Granjas 4 Irmãos S.a. Agropecuária, Indústria e Comércio - CNPJ n. 92.193.135/0001-39 - NIRE n. 433.000.174-78 - CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - Convocamos os acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no prédio da sede da Companhia, em Porto Alegre, RS, na Av. Carlos Gomes, n. 328, no salão de eventos no subsolo, no dia 03 de maio de 2023, às 11 horas, para tratar da seguinte ordem do dia, em regime ordinário: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **d)** fixar a verba para remuneração dos administradores. E, em regime extraordinário, para tratar da seguinte ordem do dia: **a)** deliberar sobre o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante a capitalização de reservas no importe de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de Reais), promovendo, assim a alteração do Art. 4º do Estatuto Social. Porto Alegre, 24 de abril de 2023. Urbano Roxo de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Sonda Transportes S/AC.N.P.J. N.º 88.584.875/0001-29
N.I.R.E. 43.300.035.999**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convocamos os senhores acionistas de SONDA TRANSPORTES S/A, a se reunirem em assembleia geral ordinária, na sede social, a Av. Rubem Bento Alves, nº 380, em Caxias do Sul, RS, às 14:00 horas do dia 12 de maio de 2023, a fim de tratarmos da seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2022; e b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício.

Caxias do Sul, RS, 20 de abril de 2023.
Joel Marcos Sonda - Anacleto Sonda
Diretores

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A. CNPJ/MF 89.772.065/0001-69 - NIRE 43 3 0001921-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - Convidamos os Srs. Acionistas da METALÚRGICA HASSMANN S.A. ("Companhia"), a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas, cumulativamente, no dia 08 de maio de 2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Av. Dr. Ito João Snel, 178, em Imigrante - RS (CEP 95885-000), com a seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; 1.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.3. Deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas; 1.4. Fixar a remuneração mensal global dos Administradores para o Exercício Social de 2023. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Aumento do Capital Social da Companhia de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), para R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), mediante a incorporação de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), da Conta Reserva de Lucros, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social. Objetivando a otimização dos trabalhos preparatórios às Assembleias Gerais ora convocadas, vai recomendado aos Srs. Acionistas que pretendam se fazer representar através de mandatário com poderes especiais, que depositem na sede social da Companhia, ou enviem através de correio eletrônico para silvio@hassmann.com.br, no máximo, até 5 (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias, o respectivo instrumento de Mandato. A Companhia informa também que aceitará, excepcionalmente, para essas Assembleias Gerais, como forma de facilitar a participação dos seus Acionistas, instrumentos de Mandato sem reconhecimento de firma, notariação ou consularização. O Acionista, ou o seu representante legal, deverá comparecer às Assembleias Gerais munido de documentos que permitam comprovar a sua identidade, sob pena de não lhe ser autorizada a participação nas mesmas. Em atendimento ao artigo 133, da Lei da Sociedade Anônima (Lei nº 6.404/76), vai comunicado que os documentos e as informações relativos às matérias a serem deliberadas pelas Assembleias Gerais, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Imigrante/RS, 24 de abril de 2023. CARLOS HASSMANN - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Agrofel Agro Comercial S.A. - CNPJ: 03.415.222/0001-63 - NIRE: 43300063984 - SENHORES ACIONISTAS: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma das determinações legais e estatutárias com base na Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação contábil aplicável, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis na sede da companhia. Permanecemos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários. PORTO ALEGRE, 27 DE ABRIL DE 2023. A DIRETORIA

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	301.525	176.167	292.549
Títulos e valores mobiliários	-	-	24.775
Contas a receber de clientes	745.438	735.201	745.438
Operações de crédito	-	-	75.236
Estoque	603.771	548.458	603.771
Impostos a recuperar	24.533	3.625	24.548
Adiantamentos a fornecedores	8.510	22.091	8.510
Outros créditos a receber	27.086	7.367	27.114
	1.710.863	1.492.910	1.801.941
Não circulante			
Contas a receber de clientes	1.158	2.878	1.158
Operações de créditos	-	-	2.677
Outros créditos	7.452	4.889	7.603
Investimentos	27.925	1.150	1.150
Imobilizado	250.828	189.008	251.277
Ativo de direito de uso	10.414	11.141	10.414
Intangível	2.610	3.860	2.829
	300.387	212.926	277.108
Total do ativo	2.011.250	1.705.836	2.079.049

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por quadro)			
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receita líquida de vendas	4.479.792	4.617.760	4.507.698
Custos das mercadorias vendidas	(4.105.231)	(4.275.412)	(4.117.647)
Lucro bruto	374.561	342.348	390.051
Despesas com vendas	(147.717)	(112.403)	(146.628)
Despesas administrativas e gerais	(104.563)	(67.490)	(114.358)
Outras receitas operac., líquidas	57.645	41.636	58.474
Resultado da equiv. patrimonial	4.675	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	184.601	204.091	187.539
Despesas financeiras	(48.839)	(77.564)	(48.912)
Receitas financeiras	61.308	36.504	61.186
Resultado financeiro	12.469	(41.060)	12.813
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	197.070	163.031	199.813
IR e contribuição social corrente	(73.312)	-	(77.152)
IR e contribuição social diferidos	7.407	(56.172)	8.504
Lucro líquido do exercício	131.165	106.859	131.165
Quantidade de quotas	179.054	120.704	179.054
Lucro por quotas	0,73	0,89	0,73

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imp. de renda e contri. social	197.070	163.031	199.813
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	14.096	7.276	14.188
Amortização ativo direito de uso	3.416	3.064	3.416
Resultado líquido da alienação de imobiliz.	873	6.902	873
Baixa ativo direito de uso	759	280	759
Equivalência patrimonial	(4.675)	-	-
Prov. para créditos de liquidação duvidosa	2.867	(3.257)	2.867
Provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito	-	-	2.031
Provisão para contingências	2.495	(224)	2.495
Encargos financ. sobre emprést. e financ.	15.070	13.202	15.070
Instrumentos financeiros derivativos	(50.515)	(2.854)	(50.515)
Provisão ajuste a valor de mercado clientes	53.447	(138.971)	53.447
Provisão ajuste a valor justo de estoques	47.500	(3.821)	47.500
Prov. ajuste a valor justo de grãos a fixar	(190.119)	(178.186)	(190.119)
Provisão para estoques	7.192	381	7.192
Ajuste a valor presente de fornecedores	(11.644)	(437)	(11.644)
Ajuste a valor presente de clientes	8.944	1.119	8.944
Outros ajustes	-	-	(862)
	96.776	(132.495)	105.455
Varições nos ativos e passivos			
(Aumento) em contas a receber	(73.775)	(192.066)	(73.775)
Redução em títulos e valores mobiliários	-	-	23.340
(Aumento) nos estoques	(110.005)	(252.897)	(110.005)
(Aumento) outros ativos	(43.189)	(1.060)	(42.462)
(Aumento) em operações de crédito	-	-	(36.796)
(Redução) adiant. a fornecedores grãos	13.581	(5.803)	13.581
Aumento em fornec. e obrig. risco sacado	326.083	688.404	326.083
Aumento em adiantamento de clientes	3.882	(13.548)	3.882
(Redução) aumento em outros passivos	105.087	56.497	105.014
Aumento em depósitos à prazo e recursos de aceites cambiais	-	-	(1.976)
IRPJ e CSLL pago	(84.804)	(16)	(87.547)
Caixa líq. proven. das ativ. operacionais	233.636	147.016	224.794
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de aplicações financeiras	-	135	-
Investimento SCP	-	(900)	-
Investimento em controladas	(22.100)	-	-
Obrigações risco sacado	5.145	16.336	5.145
Aquisição de ativo intangível	(86)	(852)	(305)
Aquisição de ativo imobilizado	(39.203)	(70.565)	(39.448)
Caixa líquido usado nas atividades de invest.	(56.244)	(55.846)	(34.608)
Fluxos de caixa das atividades de financ.			
Aumento de capital	22.100	-	-
Pag. de divid. e juros sobre o capital próprio	(10.152)	(3.899)	(10.152)
Empréstimos pagos	(101.517)	(125.916)	(101.517)
Juros pagos sobre emprést. e financ.	(12.465)	(11.510)	(12.465)
Empréstimos tomados	50.000	171.176	50.000
Caixa líquido usado nas atividades de financ.	(52.034)	29.851	(74.134)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	125.358	121.021	116.052
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	176.167	55.146	176.497
No fim do exercício	301.525	176.167	292.549
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	125.358	121.021	116.052

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Lucro líquido do exercício	131.165	106.859	131.165
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	131.165	106.859	131.165

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)			
	Reservas de lucros		Total
	Capital social	Reserva legal de lucros	Reserva Total
Saldos em 31 de dez. de 2020	120.704	2.052	122.756
Lucro líquido do exercício	-	106.859	106.859
Destinação dos resultados	-	-	-
Reserva legal	-	5.343	5.343
Distribuição de dividendos sobre lucros acumulados	-	(10.152)	(10.152)
Saldos em 31 de dez. de 2021	120.704	7.395	128.100
Aumento de capital social	58.350	-	58.350
Lucro líquido do exercício	-	131.165	131.165
Destinação dos resultados	-	-	-
Reserva legal	-	6.558	6.558
Distribuição de dividendos sobre lucros acumulados	-	(12.461)	(12.461)
Saldos em 31 de dez. de 2022	179.054	13.953	193.007

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contexto operacional: A Companhia (a "Companhia" ou a "Controladora") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem como objetivos sociais: compra e venda de cereais (soja, milho, trigo, e outros grãos), bem como o seu beneficiamento, transporte de cargas seca via rodoviária, compra e venda de produtos para a agricultura, tais como, herbicidas, fungicidas, inseticidas, adubos e fertilizantes, calcário e outros insumos aplicáveis na agropecuária, bem como poderá importar e exportar toda a linha de produtos acima mencionados. A sede administrativa está localizada na Av. Bagé, 1430, Bairro Petrópolis, CEP 90.460-080, na cidade de Porto Alegre/RS. A Companhia possui uma rede de 52 unidades das quais 32 são destinadas ao recebimento e armazenagem de grãos e 20 pontos de atendimento ao cliente (lojas), que atendem a municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Em 31 de outubro de 2022 os acionistas aumentaram capital na Agrofel com a capitalização da totalidade das quotas (22.100.000) da holding Creditá Participações Ltda. (a "Creditá" ou a "Controlada"), no montante de R\$22.100. A Creditá é acionista direta da Empresa Creditá S.A. Crédito, Financiamento e Investimento que tem por objeto a realização de operações de crédito e financiamento mediante a aplicação de recursos próprios, intermediação e aplicação de recursos de terceiros. O foco operacional da Companhia é o mercado do agronegócio.

Patrimônio líquido: a) **Capital social:** A composição acionária da Companhia:

	2022		2021	
	R\$	%	R\$	%
Bunge Alimentos S.A.	53.716.359	30,00%	36.211.055	30,00%
Wilson Natal Ferrarin	37.616.994	21,01%	25.848.139	21,41%
Ronaldo Ferrarin	29.240.095	16,33%	19.548.109	16,19%
Roni Ferrarin	29.240.095	16,33%	19.548.109	16,19%
Toni Ferrarin	29.240.095	16,33%	19.548.109	16,19%
	179.053.638	100,00%	120.703.521	100,00%

Através de Assembléia Geral ordinária e extraordinária, em 31 de outubro de 2022 foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$58.350 totalmente integralizado, sendo: i.O acionista Bunge Alimentos realizou o aumento do capital social da Companhia em R\$36.250, com emissão de 1.849.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas por meio da contribuição ao capital da Companhia de imóvel situado em Passo Fundo, ii.Os acionistas da Família Ferrarin realizaram o aumento de capital social da Companhia em R\$22.100, com emissão de 22.100.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de sua titularidade, com transferência de controle da Creditá Participações Ltda. para

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido	131.165	106.859
Reserva legal	(6.558)	(5.343)
Base para dividendos mínimos obrigatórios	124.607	101.516
Dividendos mínimos obrigatórios	12.461	10.152

RONALDO FERRARIN Diretor - CPF 583.416.920-15
RÔMULO IVAN BREMM Diretor - CPF 014.412.460-29
CLAUDIO BATISTA RODRIGUES DE SOUZA Contador Registrado - CRCRS 09305903 - CPF 002.336.290-17

O relatório do auditor independente ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S, sem ressalva datado de 06 de abril de 2023, encontra-se disponível na sede da companhia. Declaramos que o conteúdo do relatório não se confunde com a publicação de partes do relatório, nem consiste em opinião sobre as demonstrações financeiras resumidas que estão sendo publicadas.



Jornalismo sério e de credibilidade
 No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!
 Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:



FACTA FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 15.581.638/0001-30 NIRE: 43300054632

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre de 2022. I. **Desempenho Operacional:** As atividades operacionais da FACTA Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento têm por objetivo operações de Crédito Pessoal e Consignado Público. As operações são realizadas através de uma rede de aproximadamente 215 lojas (Correspondente Nacional), onde ocorre a captação das operações de crédito. No ano de 2022, mesmo com o momento adverso na economia e a situação de pandemia, operações de crédito cresceram 65,4% num comparativo em relação ao mesmo período de 2021. Este crescimento está alicerçado fortemente pelos produtos Consignado INSS, com crescimentos na ordem de 128%. Do ponto de vista de resultado a instituição, num processo constante de crescimento, atingiu a marca histórica de R\$ 3,7 Bilhões de Carteira de Ativos e Lucro Líquido de R\$ 83,3 milhões no ano de 2022 (R\$52,8 no segundo semestre), seguindo a busca de entrega de resultado esperado pelos acionistas. II. **Titulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a FACTA Financeira S.A., não possuía títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" até o vencimento em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente a Financeira não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos ao longo do ano. III. **Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento a Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira possui política de gerenciamento dos riscos operacionais, sendo responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. IV. **Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financeira possui gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. V. **Ouidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 28 de agosto de 2013, onde buscamos contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução 3.849/10 do Bacen, atendendo as demandas efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouvidoria. Nos pontos de vendas dos Correspondentes Nacional, o cliente possui informações da existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria. **A Diretoria.**

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Resultado (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021							
Circulante		2.206.191	1.056.103	Circulante		2.922.476	1.359.247							
Disponibilidades		119.384	30.166	Depósitos	12	2.538.174	1.017.975							
Banco Conta Corrente	4	119.384	30.166	Depósitos Interfinanceiros		191.095								
Aplic. Interfinanc. de Liquidez		608.934	47.302	Depósitos a Prazo		2.347.079	1.017.975							
Aplic. em Depósitos Interfinanc.	4	608.934	47.302	Rec. de Aceites Cambiais	13	291.005	187.548							
Titulos e Valores Mobiliários		45.595	223.377	Obrig. por Aceites Cambiais		291.005	187.548							
Livres	5	45.595	223.377	Outras Obrigações		93.297	153.724							
Relações Interfinanceiras		50.000	-	Contr. e Atrec. de Trib. e Assem.		3.363	3.523							
Créditos Vinculados		50.000	-	Fiscais e Previdenciárias	14	45.741	24.556							
Operações de Crédito		1.135.673	689.203	Diversas	15	8.685	10.589							
Empréstimos	6	1.214.294	744.119	Credores Diversos Pais	16	35.508	115.506							
(-) Provisão p/ Oper. de Crédito		(78.621)	(54.916)	Não Circulante		1.937.292	1.123.051							
Outros Créditos		198.489	64.742	Depósitos	12	1.570.494	663.816							
Outros Créditos	7	3.334	79	Depósito a Prazo		1.570.494	663.816							
Devedores Diversos Pais	8	195.155	64.663	Recursos de Aceites		-	-							
Outros Valores e Bens		48.116	1.313	Cambiais e Letras Financ.		304.705	416.623							
Despesas Antecipadas	9	48.116	1.313	Obrig. por Aceites Cambiais	13	156.726	390.650							
Não Circulante		2.985.152	1.630.286	Obrig. por Letras Financeiras	13	147.979	25.973							
Titulos e Valores Mobiliários		442.718	114.092	Outras Obrigações		62.993	42.612							
Livres	5	442.718	114.092	Diversas	15	59.336	36.183							
Operações de Crédito		2.435.805	1.463.087	Credores Diversos Pais	16	2.757	6.429							
Empréstimos	6	2.529.592	1.519.334	Patrimônio Líquido		331.575	204.091							
(-) Prov. p/ Oper. de Crédito		(93.787)	(56.247)	Capital Social	18	117.000	92.000							
Outros Créditos		45.202	46.541	Aumento de Capital	18	50.000								
Devedores Diversos Pais	8	10.617	19.124	Reservas	18	84.575	112.091							
Créditos Tributários	10	30.696	24.381	Total do Passivo		5.191.343	2.686.389							
Outros Valores e Bens		56.157	-			-	-							
Despesas Antecipadas	9	56.157	-			-	-							
Permanente		5.452	6.566			-	-							
Imobilizável	11	5.452	6.545			-	-							
Intangível	11	-	21			-	-							
Total do Ativo		5.191.343	2.686.389	Abrangente Total		44.254	74.745							46.629

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Nota 1. Contexto Operacional: A Instituição tem como objeto social a realização de operações de crédito e financiamento a prazos curto, médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de provisão para instituições da espécie, contempladas na lei nº 4.959, de 31 de dezembro de 1964, segundo as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades. A Instituição foi constituída em 22 de maio de 2012 sendo seu registro no Banco Central do Brasil homologado em 03 de maio de 2012. A Instituição adotou como política de Captação de Funding de forma temporária, a captação de recursos com prazos curtos, como medida protetiva frente às altas taxas de juros praticadas no mercado brasileiro, ou seja, buscou captar em prazos mais curtos para carregar por menos tempo um Funding de custo alto. Como a expectativa é de que a taxa de juros básica da economia brasileira (Taxa SELIC e CTD) tenham redução nos próximos meses, essa estratégia é a que mais rentabiliza as operações de crédito consignado, que possuem prazos mais longos. A intenção da Administração é manter esta Estratégia enquanto perdurarem os níveis das taxas de juros atuais, buscando desonerar ao máximo possível, a despesa de intermediação financeira em prazos mais longos. Essa estratégia vem se mostrando eficaz, pois todos os compromissos estão sendo cumpridos e o endividamento mantido dentro das projeções de prazo e custo. Seguem as estratégias atuais da Administração sobre a composição de Caixa da Instituição, baseadas nas projeções do Fluxo de Caixa e dos orçamentos de resultado para o biênio 2023/2024: • Operações de Cessão de Créditos - Previamente acordadas comercialmente com as Instituições parceiras e/ou previstas em Contratos; • Captação de novas franquias de Funding através das Plataformas contratadas, onde a FACTA CFI possui linhas de crédito "em aberto"; • Captação de Funding através da colocação no mercado, que se demonstra com interesse, de DPGEIL, para o qual a FACTA CFI já tem lastro garantidor registrado e disponível no FGC. Ainda, como medida contingencial, está previsto no Plano de Contingência de Liquidez, em casos necessários, a redução e/ou interrupção na concessão de novas operações de crédito. Os acionistas mantêm o compromisso de aporte de capital necessário para manutenção da operação da Companhia.

Nota 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observadas as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para instituições financeiras e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com o Conselho Monetário Nacional - CMN e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BCB. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração, cuja autorização para sua conclusão, assim como a aprovação ocorreu em 19 de abril de 2023.

Normativos emitidos recentemente e aplicáveis ao exercício corrente: • Res. CMN 4.910/21: dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e estabelece os requisitos para a constituição, extinção e adaptação do Comitê de Auditoria e passa a vigorar a partir do exercício social de 2022. A Facta é enquadrada no segmento S4 e não possui obrigatoriedade de constituição do Comitê de Auditoria e, portanto, não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo; • Res. CMN 4.924/21: estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidênciação contábeis, com vigência a partir do exercício social de 2022. Entre seus principais impactos, se destacam: (i) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente; e (ii) facilidade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN. Visando eliminar a volatilidade gerada por descasamentos temporais em decorrência das taxas de câmbio praticadas, a Facta adotou a utilização da taxa de câmbio de cupom limpo divulgado pela B3 para conversão de suas operações a partir de janeiro de 2022. Com relação ao impacto decorrente da adoção ao pronunciamento contábil CPC47, a administração não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo; • Res. CMN 4.943/21: altera a Res. CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamentos de riscos e capital e a política de divulgação de informações para integrar os riscos social, ambiental e climático na estrutura de gerenciamento de riscos das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e abrange mecanismos de identificação e monitoramento destes riscos em decorrência de seus produtos, serviços e atividades ou processos que sejam desempenhados pela própria instituição, contrapartes, entidades controladas e fornecedores ou prestadores de serviços e passa a vigorar a partir do segundo semestre de 2022. Res. CMN 4.967/21: dispõe sobre os critérios que as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar no reconhecimento, mensuração e evidênciação contábeis de propriedades para investimento conforme pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para investimento e, adicionalmente, critérios para reconhecimento, mensuração e evidênciação contábil de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e a geração de lucros com base nas variações dos seus preços de mercado. Com a adoção deste normativo requerida a partir do exercício social de 2022, a Facta não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo. **Novas normas contábeis que ainda não estão em vigor:** Em novembro de 2021 foi publicada a

Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Instituição está avaliando os impactos e alterações necessárias para atender sua implementação. Em atendimento ao artigo 76 da Resolução 4.966/2021, a FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento, elaborou o plano para a implementação dos requisitos estabelecidos na mencionada resolução. O Plano de Implementação dos Requisitos contidos na citada resolução, conforme previsto, ficará à disposição do Banco Central do Brasil e será remetido caso seja por ele solicitado. O presente plano será adaptado ou complementado, à medida que novas instruções normativas e demais documentos forem emitidos pelo Banco Central, que estabeleçam os critérios adicionais previstos aplicáveis aos requisitos da norma, especialmente acerca da metodologia simplificada prevista no artigo 50 da Resolução. Em dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Instituição iniciou as avaliações de impacto e alterações devidas para atender sua implementação.

Nota 3. Procedimentos Contábeis: Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações, destacamos: **a) Apreciação dos Resultados:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** Representam as aplicações efetuadas em outras instituições do mercado, em operações de depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme a Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil: (i) Títulos e valores mobiliários adquiridos com propósito de serem atuais e frequentemente negociados, sendo que os ganhos e perdas auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos no resultado do período. (ii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, em contrapartida ao resultado do período. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período. **e) Operações de Crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação de A a H. São considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes, os períodos de atraso definidos na Resolução (CMN) nº 2.682/99. **f) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa:** a provisão é constituída mensalmente, correspondendo da aplicação dos percentuais da Resolução (CMN) nº 2.682/99, sem prejuízo da responsabilidade dos Administradores pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos. A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de Atraso	Prazo em Dobro	Percentual de Provisão
A	Até 14 dias	Até 30 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	De 181 a 360 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	De 361 a 540 dias	100,00%

Desde agosto de 2015, a Instituição passou a considerar a contagem em dobro para os contratos com prazos vencedores superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN. **g) Cessão de Crédito:** Contabilizado de acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08, que trata de operação de crédito cedida com transferência substancial dos riscos e benefícios, a qual deve ser baixada da carteira do cedente, bem como, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada. **h) Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo (Não Circulantes):** Demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo quando aplicável os rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço. **i) Imobilizável de Uso:** Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações e amortizações acumuladas, calculadas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica, e por perdas por impairment, quando aplicável, fixado por espécie de bens. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. **j) Intangível:** Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelos valores de custo de aquisição ou de desenvolvimento. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável. **k) Ativos Financeiros e Não Financeiros:** são avaliados ao final de cada período contábil com o objetivo de identificar eventual desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso. **l) Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais e Dívidas Subordinadas:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer. **m) Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social:** As provisões para imposto de renda, correntes e diferidos, são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e para a contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos, na alíquota de 20% conforme legislação fiscal. Em decorrência da MP nº 1.034/2021 convertida na Lei nº 14.189/2021, houve a majoração da alíquota da CSLL aplicável aos Bancos de 20% para 25% para o período entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, retornando para 20% a partir de 1º de janeiro de 2022. **n) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, dos correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas até a data do período. **o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes:** Contingências Ativas não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando ocorrer a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências Passivas serão reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As Provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independem da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser no total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações não são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **p) Estimativas Contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis. A Instituição revisa suas estimativas e premissas no mínimo em bases semestrais. **q) Resultado por Ação:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. **Resultados Recorrentes/não Recorrentes:** Apresentados os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período, de forma segregada. **Nota 4. Disponibilidades:** A composição das disponibilidades apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada a seguir: a) Circulante:

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		2.206.191	1.056.103	Circulante		2.922.476	1.359.247
Disponibilidades		119.384	30.166	Depósitos	12	2.538.174	1.017.975
Banco Conta Corrente	4	119.384	30.166	Depósitos Interfinanceiros		191.095	
Aplic. Interfinanc. de Liquidez		608.934	47.302	Depósitos a Prazo		2.347.079	1.017.975
Aplic. em Depósitos Interfinanc.	4	608.934	47.302	Rec. de Aceites Cambiais	13	291.005	187.548
Titulos e Valores Mobiliários		45.595	223.377	Obrig. por Aceites Cambiais		291.005	187.548
Livres	5	45.595	223.377	Outras Obrigações		93.297	153.724
Relações Interfinanceiras		50.000	-	Contr. e Atrec. de Trib. e Assem.		3.363	3.523
Créditos Vinculados		50.000	-	Fiscais e Previdenciárias	14	45.741	24.556
Operações de Crédito		1.135.673	689.203	Diversas	15	8.685	10.589
Empréstimos	6	1.214.294	744.119	Credores Diversos Pais	16	35.508	115.506
(-) Provisão p/ Oper. de Crédito		(78.621)	(54.916)	Não Circulante		1.937.292	1.123.051
Outros Créditos		198.489	64.742	Depósitos	12	1.570.494	663.816
Outros Créditos	7	3.334	79	Depósito a Prazo		1.570.494	663.816
Devedores Diversos Pais	8	195.155	64.663	Recursos de Aceites		-	-
Outros Valores e Bens		48.116	1.313	Cambiais e Letras Financ.		304.705	416.623
Despesas Antecipadas	9	48.116	1.313	Obrig. por Aceites Cambiais	13	156.726	390.650
Não Circulante		2.985.152	1.630.286	Obrig. por Letras Financeiras	13	147.979	25.973
Titulos e							

continuação...

e) Créditos Renegociados:			
	31/dez/22	31/dez/21	
Risco	%	Carteira	PCLD
A	0,5	559.615	2.798
B	1	59.628	596
C	3	72.706	2.181
D	10	24.707	2.471
E	30	20.234	6.908
F	50	20.234	10.117
G	70	14.313	10.020
H	100	60.791	60.791
Total		835.021	95.882

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 290.099 foi originado por refinanciamentos de portabilidade, o valor de R\$ 72.579 por limitares judiciais para alteração de contrato ou taxas de negociação, o valor de R\$ 46.116 por renegociação de contratos inadimplentes e o valor de R\$ 426.227 refinanciamentos de contratos, sendo a contratação inicial formada de clientes adimplentes que adquiriram margem para ampliação de crédito oriundas em sua maior parte pelo aumento de margem consignável autorizada pelos órgãos reguladores.

Nota 7. Outros Créditos: Demonstrados a seguir:

	31/dez/22	31/dez/21
a) Circulante	2.483	-
Adiantamento a Fornecedor (i)	851	79
Impostos a compensar (ii)	3.334	79
Total	6.668	156

b) Não Circulante (iii)

	31/dez/22	31/dez/21
Títulos de Capitalização	3.505	3.036
Consrócios	3.707	3.036
Total	7.212	6.072

(i) Adiantamentos a fornecedores para serviços a incorrer, com previsão de realização no primeiro semestre de 2023. (ii) Valores resultantes de revisões tributárias e suas devidas atualizações a serem utilizados em 2023. (iii) A instituição possui títulos de capitalização e consrócios atrelado a reciprocidade no relacionamento com o Banco Banrisul e Caixa Econômica Federal.

Nota 8. Devedores Diversos Pais: Conforme demonstrado a seguir:

	31/dez/22	31/dez/21
a) Circulante:	41.004	8.937
Comissões (ix)	-	337
Contratos	-	21.937
Valores Remetidos ao Banco Central (i)	-	8.615
Depósitos Judiciais (ii)	58.371	2.280
Cessão de Créditos	-	61
Consrócios a Receber	-	16.289
Cobrança a Classificar (iii)	40.819	15.293
Valores a Rec. de Empresas Ligadas (iv), (v) e (vi)	15.293	8.507
Adiantamentos Operações com Cartão (vii)	36.995	-
Operações a Processar (viii)	995	-
Total	195.155	64.663

b) Não Circulante

	31/dez/22	31/dez/21
Valores a Receber de Empresas Ligadas (iv)	10.617	19.124
Total	10.617	19.124

(i) Referem-se aos valores remetidos ao Banco Central em dezembro de 2021 para aumento de capital. Em janeiro de 2022, por decisão estratégica da instituição, decidiu-se pelo cancelamento do aumento de capital e retorno para a conta corrente da instituição. (ii) Depósitos Judiciais, se refere a valores depositados antes que haja a sentença para determinar o valor discutido em um processo. A variação no período era esperada devido ao aumento de processos judiciais contra a Instituição decorrente do aumento da carteira de operações de crédito, que vem ocorrendo nos últimos semestres. (iii) Compreendem parcelas baixadas da carteira de operações de crédito que aguardam compensação financeira. (iv) Valores a Receber de Empresas Ligadas, se refere a devolução de 28 parcelas de bônus e 24 parcelas de antecipações de comissões com valores fixos mensais e consecutivas,

Nota 11. Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada pelo método linear com taxas anuais que levam em consideração a vida útil e econômica do correspondente ativo previsto no CPC 27.

	Taxa Anual Depreciação	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo 31/12/2021
Bens Imóveis em Curso (i)	0%	181	61	-	-	242
Bens Móveis em Curso (i)	0%	191	95	-	-	286
Edificações Benfeitorias Imóveis	4%	1.526	104	-	(71)	1.559
Benfeitorias Imóveis Terceiros	10%	58	-	-	(13)	45
Máquinas	10%	93	-	-	(12)	81
Mobiliário	10%	280	52	-	(44)	288
Computadores e Periféricos	20%	767	569	-	(231)	1.105
Veículos	20%	2.389	1.487	(201)	(736)	2.939
Sistema de Processamento Dados	20%	125	44	-	(148)	21
Total		5.610	2.412	(201)	(1.255)	6.566

	Taxa Anual Depreciação	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo 31/12/2022
Bens Imóveis em Curso (i)	0%	242	-	-	-	242
Bens Móveis em Curso (i)	0%	286	-	-	-	286
Edificações Benfeitorias Imóveis	4%	1.559	150	-	(69)	1.640
Benfeitorias Imóveis Terceiros	10%	45	-	-	(33)	12
Máquinas	10%	81	-	-	(14)	67
Mobiliário	10%	288	30	-	(59)	259
Computadores e Periféricos	20%	1.105	18	-	(491)	632
Veículos	20%	2.939	286	-	(977)	2.248
Sistema de Processamento Dados	20%	21	-	-	(21)	-
Total		6.566	484	-	(1.598)	5.452

	Taxa Anual Depreciação	Saldo 30/06/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo 31/12/2022
Bens Imóveis em Curso (i)	0%	242	-	-	-	242
Bens Móveis em Curso (i)	0%	286	-	-	-	286
Edificações Benfeitorias Imóveis	4%	1.523	150	-	(33)	1.640
Benfeitorias Imóveis Terceiros	10%	38	-	-	(40)	78
Máquinas	10%	75	-	-	(8)	67
Mobiliário	10%	296	-	-	(37)	259
Computadores e Periféricos	20%	1.039	4	-	(411)	632
Veículos	20%	2.393	286	34	(465)	2.248
Sistema de Processamento Dados	20%	-	-	-	-	-
Total		5.892	440	34	(914)	5.452

(i) Se referem a consórcio de bens com finalidade de utilização futura nas atividades da instituição.

Nota 12. Depósitos: Se refere a captações no mercado, em virtude de seu vencimento, considerados pelo seu valor presente, demonstradas a seguir:

	31/dez/22	31/dez/21
CDB - Pós Fixado	1.597.146	1.366.191
CDB - Pré Fixado	2.274.483	138.410
DI - Pré Fixado	191.095	-
DPGE I - Pós Fixado	20.885	47.756
DPGE II - Pós Fixado	-	33.873
RDB - Pós Fixado	3.707	6.982
RDB - Pré Fixado	21.352	88.579
Total	4.108.668	1.681.791

Até 3 meses 1.076.058 8.232
 4 a 12 meses 1.462.116 1.009.742
 13 a 36 meses 1.534.913 562.115
 37 a 120 meses 35.581 101.702
Total 4.108.668 1.681.791

Circulante 2.538.174 1.017.975
 Não Circulante 1.570.494 663.816
Total 4.108.668 1.681.791

Prazo Médio (dias) - CDB Pós 350 497
 Prazo Médio (dias) - CDB Pré 679 571
 Prazo Médio (dias) - DI Pré 90 -
 Prazo Médio (dias) - DPGE I 730 713
 Prazo Médio (dias) - DPGE II 767 767
 Prazo Médio (dias) - RDB Pós 1.544 1.656
 Prazo Médio (dias) - RDB Pré 1.783 1.795
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - CDB Pós 130% 136%
 Taxa Média Pré (a.a) - CDB Pré 14% 12%
 Taxa Média Pós (a.a) - DI Pré 25% -
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - DPGE I 135% 62%
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - DPGE II - 124%
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - RDB Pós 126% 126%
 Taxa Média Pré (a.a) - RDB Pré 13% 12%

Nota 13. Recursos de Aceites Cambiais e Letras Financeiras: Se refere a captações no mercado, em virtude de seu vencimento, considerados pelo seu valor presente, demonstradas a seguir:

	31/dez/22	31/dez/21
LC - Pós Fixado	390.922	513.860
LC - Pré Fixado	3.623	6.352
LC - Pré Sem Resgate Antecipado	53.186	57.986
Letra Financ. Eleg. Nível II - Pós Fixado	147.979	25.973
Total	595.710	604.171

Até 3 meses 80.366 43.971
 4 a 12 meses 210.639 143.577
 13 a 36 meses 149.805 353.262
 37 a 120 meses 154.900 63.361
Total 595.710 604.171

Circulante 291.005 187.548
 Não Circulante 304.705 416.623
Total 595.710 604.171

Prazo Médio (dias) - LC Pós 1.510 1.286
 Prazo Médio (dias) - LC Pré 975 1.085
 Prazo Médio (dias) - LC Pré Sem Resgate Antecipado 1.096 1.044
 Prazo Médio (dias) - Letra Financ. Elegível 2.383 1.875
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - LC Pós 132% 132%
 Taxa Média Pré (a.a) - LC Pré 10% 8%
 Taxa Média Pós (a.a) - LC Pré Sem Resgate Antecipado 7% 7%
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - Letra Financiera Elegível 47% 150%

FACTA FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - CNPJ 15.581.638/0001-30					
pagas aos representantes nacionais e substabelecedores para realização de recepção e encaminhamento de propostas referentes a operações de crédito e financiamento, que serão realizados em resultado nos exercícios futuros. R\$8.507 e R\$10.617 em 2022 (R\$8.507 e R\$19.124 em 2021). (v) Valores pagos antecipadamente referente a royalties por uso da marca a serem apropriados no mês subsequente a data do balanço, efetuados a valores, prazos e taxas médios usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade. R\$4.973 em 2022 (R\$0,00 em 2021). (vi) Valores a receber aplicação sócio. R\$1.813 em 2022 (R\$0,00 em 2021). (vii) Valores pagos antecipadamente pela nova operação de Cartão de Crédito Benefício INSS, liberação de crédito não utilizado (cartão de crédito pré-pago) iniciada em dezembro de 2023. (viii) Valores pagos antecipadamente referente a financiamentos a serem processados nos próximos meses 395 em 2023. (ix) Valores pagos antecipadamente a parceiros comerciais, variação consistente ao aumento de carteira.					
Nota 9. Despesas Antecipadas:					
a) Circulante:	31/dez/22	31/dez/21			
Comissão de Captação Antecipada (i)	17.826	-			
Seguro Cartão Benefício (ii)	29.755	-			
Outras Antecipações	535	1.313			
Total	48.116	1.313			
b) Não Circulante:	31/dez/22	31/dez/21			
Comissão de Captação Antecipada (i)	17.907	-			
Seguro Cartão Benefício (ii)	37.733	-			
Outras Antecipações	517	-			
Total	56.157	-			

(i) Valores de comissão na captação financeira em 2022 com amortização mensal calculado de acordo com vencimento dos respectivos títulos. (ii) Seguro obrigatório por normativa do INSS, para operações com a modalidade "Cartão Benefício", com cobertura para morte e funeral do beneficiário do INSS, vigência de 24 meses.

Nota 10. Créditos Tributários: a) Os créditos tributários são registrados com base em estudo técnico preparado pela Administração e aprovado pela Diretoria da Instituição, e apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. b) A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, apurados com base nas alíquotas vigentes:

	31/dez/22	31/dez/21
Diferenças Temporárias PCLD	30.696	24.381
Total	30.696	24.381

c) O valor presente total dos créditos tributários constituídos é de R\$ 28.866 e foram registrados por seus valores nominais e serão revertidos em períodos futuros. No segundo semestre de 2022 foram reavaliadas as premissas do Estudo Técnico com base nas realizações e tendências de mercado, resultando em um período maior para recuperabilidade. A Administração espera realizar o saldo dos créditos tributários como segue:

	31/dez/22	31/dez/21
2022	-	17.373
2023	7.063	7.008
2024	8.924	-
2025	2.835	-
2026	9.650	-
2027	2.224	-
Total	30.696	24.381

d) No semestre findo, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	31/dez/22	31/dez/21
Utilizado/Realizado	24.381	20.808
Novos créditos constituídos	(6.572)	(1.883)
Saldo no final do período	30.696	24.381

Nota 11. Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada pelo método linear com taxas anuais que levam em consideração a vida útil e econômica do correspondente ativo previsto no CPC 27.

	Taxa Anual Depreciação	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo 31/12/2021
Bens Imóveis em Curso (i)	0%	181	61	-	-	242
Bens Móveis em Curso (i)	0%	191	95	-	-	286
Edificações Benfeitorias Imóveis	4%	1.526	104	-	(71)	1.559
Benfeitorias Imóveis Terceiros	10%	58	-	-	(13)	45
Máquinas	10%	93	-	-	(12)	81
Mobiliário	10%	280	52	-	(44)	288
Computadores e Periféricos	20%	767	569	-	(231)	1.105
Veículos	20%	2.389	1.487	(201)	(736)	2.939
Sistema de Processamento Dados	20%	125	44	-	(148)	21
Total		5.610	2.412	(201)	(1.255)	6.566

	Taxa Anual Depreciação	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo 31/12/2022
Bens Imóveis em Curso (i)	0%	242	-	-	-	242
Bens Móveis em Curso (i)	0%	286	-	-	-	286
Edificações Benfeitorias Imóveis	4%	1.559	150	-	(69)	1.640
Benfeitorias Imóveis Terceiros	10%	45	-	-	(33)	12
Máquinas	10%	81	-	-	(14)	67
Mobiliário	10%	288	30	-	(59)	259
Computadores e Periféricos	20%	1.105	18	-	(491)	632
Veículos	20%	2.939	286	-	(977)	2.248
Sistema de Processamento Dados	20%	21	-	-	(21)	-
Total		6.566	484	-	(1.598)	5.452

	Taxa Anual Depreciação	Saldo 30/06/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo 31/12/2022
Bens Imóveis em Curso (i)	0%	242	-	-	-	242
Bens Móveis em Curso (i)	0%	286	-	-	-	286
Edificações Benfeitorias Imóveis	4%	1.523	150	-	(33)	1.640
Benfeitorias Imóveis Terceiros	10%	38	-	-	(40)	78
Máquinas	10%	75	-	-	(8)	67
Mobiliário	10%	296	-	-	(37)	259
Computadores e Periféricos	20%	1.039	4	-	(411)	632
Veículos	20%	2.393	286	34	(465)	2.248
Sistema de Processamento Dados	20%	-	-	-	-	-
Total		5.892	440	34	(914)	5.452

(i) Se referem a consórcio de bens com finalidade de utilização futura nas atividades da instituição.

Nota 12. Depósitos: Se refere a captações no mercado, em virtude de seu vencimento, considerados pelo seu valor presente, demonstradas a seguir:

	31/dez/22	31/dez/21
CDB - Pós Fixado	1.597.146	1.366.191
CDB - Pré Fixado	2.274.483	138.410
DI - Pré Fixado	191.095	-
DPGE I - Pós Fixado	20.885	47.756
DPGE II - Pós Fixado	-	33.873
RDB - Pós Fixado	3.707	6.982
RDB - Pré Fixado	21.352	88.579
Total	4.108.668	1.681.791

Até 3 meses 1.076.058 8.232
 4 a 12 meses 1.462.116 1.009.742
 13 a 36 meses 1.534.913 562.115
 37 a 120 meses 35.581 101.702
Total 4.108.668 1.681.791

Circulante 2.538.174 1.017.975
 Não Circulante 1.570.494 663.816
Total 4.108.668 1.681.791

Prazo Médio (dias) - CDB Pós 350 497
 Prazo Médio (dias) - CDB Pré 679 571
 Prazo Médio (dias) - DI Pré 90 -
 Prazo Médio (dias) - DPGE I 730 713
 Prazo Médio (dias) - DPGE II 767 767
 Prazo Médio (dias) - RDB Pós 1.544 1.656
 Prazo Médio (dias) - RDB Pré 1.783 1.795
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - CDB Pós 130% 136%
 Taxa Média Pré (a.a) - CDB Pré 14% 12%
 Taxa Média Pós (a.a) - DI Pré 25% -
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - DPGE I 135% 62%
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - DPGE II - 124%
 Taxa Média Pós (% CDI) (a.a) - RDB Pós 126% 126%
 Taxa Média Pré (a.a) - RDB Pré 13% 12%

Nota 13. Recursos de Aceites Cambiais e Letras Financeiras: Se refere a captações no mercado, em virtude de seu vencimento, considerados pelo seu valor presente, demonstradas a seguir:

	31/dez/22	31/dez/21
LC - Pós Fixado	390.922	513.860
LC - Pré Fixado	3.623	6.352
LC - Pré Sem Resgate Antecipado		

continuação... da carteira de condenações "prováveis". Esse aumento era esperado devido ao aumento da carteira de operações de crédito, que vem ocorrendo nos últimos semestres. (v) Despesa de embossamento do cartão físico consignado de crédito, Cartão de Crédito Benefício INSS, novo produto liberado em dezembro de 2022.

Nota 24. Imposto de Renda e Contribuição Social: Demonstração do cálculo do imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

	2º sem/22	31/dez/22	31/dez/21
Lucro antes do IRPJ e CSLL	92.514	172.181	93.624
Adições (i)	105.699	206.636	149.671
Exclusões (j)	(78.492)	(119.588)	(111.049)
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	119.721	259.229	132.246
IRPJ à alíquota de 15%	(19.079)	(38.884)	(19.837)
IRPJ à alíquota de 10% Adicional	(11.960)	(25.899)	(13.201)
Dedução Incentivos Fiscais	500	835	735
CSLL à alíquota de 15%	(4.833)	(25.085)	(10.579)
CSLL à alíquota de 16%	(14.718)	(14.718)	-
CSLL à alíquota de 20%	-	-	(12.345)
Crédito Tributário	1.830	6.315	8.231
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	44.254	74.745	46.629

(i) Refere-se a provisões operacionais, contingências e créditos baixados como perda.

Nota 25. Limite Operacional (Acordo de Basileia): No balançete de 31 de dezembro de 2022, a Instituição encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do Banco Central do Brasil. O Patrimônio de Referência da Instituição é composto pela soma do Capital Social, Reserva de Lucros e Contas de Resultado Credoras deduzido das Contas de Resultados Devedoras.

	31/dez/22	31/dez/21
(+) Capital Social:	R\$MIL 117.000	92.000
(+) Reserva de Lucros:	R\$MIL 164.575	112.091
(+) Contas de Resultado Credoras:	R\$MIL -	-
(-) Contas de Resultado Devedoras:	R\$MIL -	-
(-) Ativos Intangíveis:	R\$MIL -	(21)
(+) LFs conforme autorização do Banco Central para elegibilidade:	R\$MIL 142.785	20.778
(-) Patrimônio de Referência:	R\$MIL 424.360	224.848

O Ativo Ponderado pelo Risco Total (RWA) é composto pela soma das parcelas de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito.

	R\$MIL	2.034.633	1.639.538
(+) Ativo Ponderado pelo Risco de Crédito:	R\$MIL	-	-
(+) Ativo Ponderado pelo Risco de Mercado:	R\$MIL	88.436	44.618
(+) Ativo Ponderado pelo Risco Operacional:	R\$MIL	2.123.069	1.684.156
(-) Ativo Ponderado pelo Risco Total:	R\$MIL	424.360	224.848
Índice Basileia	R\$MIL	2.123.069	1.684.156
		19,99%	13,35%

Nota 26. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes: Os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período, devem ser apresentados de forma segregada. Considerado resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve resultados não recorrentes.

Nota 27. Estrutura de Gerenciamento de Risco: Os acionistas e administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios. Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta performance operacional do gerenciamento de riscos. A Instituição, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. **I. Risco de Crédito:** As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a Instituição constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. **II. Risco de Liquidez:** A política de gestão do risco de

liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Instituição estejam continuamente avaliados. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A Instituição capta no mercado financeiro recursos com objetivo de cumprir com os seus planos de incremento da carteira de crédito. Seguem as estratégias atuais da Administração sobre a composição de Caixa da Instituição, baseadas nas projeções do Fluxo de Caixa e dos orçamentos de resultado para o biênio 2023/2024: • Operações de Cessão de Créditos - Previamente acordadas comercialmente com as Instituições parceiras e/ou previstas em Contratos; • Captação de novas tranches de Funding através das Plataformas contratadas, onde a FACTA CFI possui linhas de crédito "em aberto"; • Captação de Funding através da colocação no mercado, que se demonstra com interesse, de DPGEII, para o qual a FACTA CFI já tem lastro garantidor registrado e disponível no FGC. Ainda, como medida contingencial, está previsto no Plano de Contingência de Liquidez, em casos necessários, a redução e/ou interrupção na concessão de novas operações de crédito. Os acionistas mantêm o compromisso de aporte de capital necessário para manutenção da operação da Companhia. **III. Risco de Mercado:** AA Instituição emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Dentro desta linha a Instituição nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral. **IV. Risco Operacional:** A Instituição adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio. A implantação dos processos e aprimoramento de sua operação foi realizada ao longo dos últimos anos, com a implantação de diversos controles/meios para revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes. **Instrumentos Financeiros:** A Instituição mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Nota 28. Estrutura de Gestão de Capital:** Com objetivo de manter capital suficientemente prudente, utilizando as melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento dos riscos, a Instituição apresenta a Estrutura de Gestão de Capital que estabelece padrões mínimos para o processo de avaliação da adequação de capital compreendendo todos os riscos relevantes que a Instituição esteja exposta. A estrutura deve, ainda, planejar de forma consistente as necessidades futuras de capital, levando em consideração simulações em condições extremas e mensuração dos respectivos impactos. Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e III - Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. A estrutura de gerenciamento de capital prevê: I - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo PFE. Utilização do modelo de risco para cada cenário de estresse, verificando-se a performance da carteira, calculando-se a perda máxima sobre o capital próprio e identificando assim, o pior dos cenários construídos. Para a determinação dessa perda realiza-se uma combinação entre o risco de contraparte, o risco de mercado e o risco operacional calculado com base na metodologia do Método do Indicador Básico (BIA) fornecida pelo Banco Central do Brasil - BACEN. II - Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição. O Diretor responsável pelo Gerenciamento de Capital deve avaliar a necessidade de capital e, sempre que necessário, atuar proativamente, apresentando metas e objetivos estratégicos, com base no cenário econômico. **Nota 29. Impactos da Invasão Russa na Ucrânia:** A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento

dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia. Na presente data destas demonstrações financeiras, o contexto descrito acima não gerou impactos relevantes nas referidas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia está avaliando os impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve ajustes materiais a serem divulgados. **Nota 30. Outros Assuntos:** Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023 do IBRACON a Companhia, efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais, informa que neste momento não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes de decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08/02/2023. A alteração no palamar do teto de taxa de juros nas operações de Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS, com redução e posterior elevação, não gera impacto na estrutura de negócios da Instituição, já que a margem de rentabilidade se mantém inalterada, com a redução do comissionamento pago pela origem das operações. Não há impacto no Fluxo de Caixa da Instituição pois a demanda pelo produto permaneceu a mesma e os níveis de repagamento não sofreram alterações, já que o novo palamar é muito semelhante ao anterior praticado.

Diretoria

Evaldo Francisco da Rosa
Diretor Presidente
Contadora: **Cláudia Santos Bobsin - CRC RS 069.428/O-5**

Everton Francisco da Rosa
Diretor Executivo

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Facta Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Facta Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como os correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facta Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião com ressalva:** Conforme Notas 5 e 22, a Instituição realizou durante o exercício operações de cessão de empréstimo consignado no montante de R\$ 3.494.879 mil (2021 - R\$ 1.776.634 mil), apurando resultado na venda no montante de R\$ 379.893 mil (2021 - R\$ 122.852 mil), dos quais o montante de R\$ 618.172 mil (2021 - R\$ 544.658 mil) e correspondente resultado apurado na venda, no montante de R\$ 29.587 mil (2021 - R\$ 27.814 mil) decorre de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) no qual, a Instituição possui participação como cotista subordinado júnior. Conforme art. 30 da Resolução CMN nº 3.533/2008 e Carta Circular BACEN nº 3.361/2008, a operação de cessão com essas características classifica-se como "cessão com retenção substancial de riscos e benefícios", porém, a Instituição classificou as operações como "cessão com transferência substancial de riscos e benefícios", efetuando o desconhecimento de ativos objeto da transferência, deixando de constituir os passivos referentes à obrigação assumida e as receitas e despesas correspondentes. A Instituição não contabilizou e não mensurou os impactos no ativo, passivo e resultado como requerido pela regulamentação do CMN. Adicionalmente, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação a parte significativa das operações de cessão remanescentes ocorridas em 2022 no montante de R\$ 2.876.707 mil e correspondente resultado de R\$ 350.306 mil, em virtude de não termos tido acesso a totalidade dos termos de cessão e conciliações contábeis. Desta forma, não foi praticável determinar o valor dos ajustes necessários nas demonstrações financeiras da Instituição, caso as referidas evidências de auditoria e as contabilizações e mensurações tivessem sido efetuadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das

demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de abril de 2023.
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5.
Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O

APP JJC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JJC:

Últimas notícias

Versão para folhear

Notificações das notícias mais importantes

DISPONÍVEL NO

DISPONÍVEL NA